

Clipping CARF

Matérias dos jornais com denúncias no CARF

O Globo

Nova comissão investigará Carf na Câmara, diz Cunha

O Globo - 22/12/2015

CPI sobre esquema fraudulento na Receita pode ser aberta hoje; filho de Lula é suspeito

Leticia Fernandes

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDBRJ), anunciou ontem que vai formar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) ainda antes do recesso, que começa amanhã. Ele tem até hoje para constituir a comissão. Até a conclusão desta edição, a CPI não havia sido criada, segundo a Secretaria Geral da Mesa.

No Senado, a comissão já aprovou relatório da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoBAM) que recomenda o indiciamento de 28 investigados. Na relação, estão empresários, exintegrantes do conselho e advogados. A CPI estima que o prejuízo aos cofres públicos seja da ordem de R\$ 19 bilhões.

No início de novembro, a CPI rejeitou a convocação do empresário Luis Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula. Ele é investigado na Operação Zelotes, suspeito de manter contrato com uma das empresas envolvidas com o esquema que fraudava julgamentos do Carf, órgão ligado ao Ministério da Fazenda.

Entre as recomendações de indiciamento na CPI do Senado está o do advogado Carlos Juliano Ribeiro Nardes, sobrinho do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes.

Na relação da CPI, há quatro investigados que já tiveram pedido de indiciamento oficialmente feito pela Procuradoria da República no Distrito Federal: José Ricardo da Silva, ex-vice-presidente do Carf; o lobista Alexandre Paes dos Santos, o APS; Paulo Ferraz, ex-presidente da Mitsubishi no Brasil; e Mauro Marcondes, que teria atuado como intermediário no caso de fraude envolvendo a montadora japonesa.

O Estado de S.Paulo

Justiça nega liberdade a lobistas citados em compra de MP

O Estado de S. Paulo - 22/12/2015

Juíza manteve na prisão cinco pessoas já denunciadas por corrupção, organização criminosa e extorsão

A Justiça Federal negou pedido de liberdade de cinco presos acusados de envolvimento com esquema de compra de medidas provisórias. Os lobistas Alexandre Paes dos Santos, José Ricardo da Silva, Mauro Marcondes Machado, Francisco Mirto Florêncio da Silva e Halysson Carvalho Silva permanecerão presos. A responsável pelas decisões foi a juíza federal Rosimayre Gonçalves de Carvalho, plantonista da 10.^a Vara, onde tramitam as ações da Operação Zelotes.

Eles foram denunciados com outras 11 pessoas pelos crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, organização criminosa e extorsão. Conforme informação divulgada pela Procuradoria da República no Distrito Federal, a magistrada negou um pedido de restituição de bens apreendidos pela Polícia Federal durante a fase preliminar da investigação que ganhou o nome da Operação Zelotes. Ao todo, foram apreciados e rejeitados sete pedidos.

Sócio da consultoria Marcondes & Mautoni, Mauro Marcondes também teve negado pedido de conversão da prisão preventiva para domiciliar sob alegação de problemas de saúde e idade avançada. "Verifico que o requerente não apresentou qualquer elemento capaz de alterar a decisão que indeferiu o pedido da sua prisão preventiva por prisão domiciliar", diz um dos trechos da decisão de ontem da juíza. No fim de novembro, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Nefi Cordeiro afirmou que o empresário não tem mais de 80 anos - condição exigida pelo Código de Processo Penal para justificar o tratamento diferenciado - e não

demonstrou estar debilitado em razão de doença grave cujo tratamento não possa ser prestado no estabelecimento penal.

A mulher do empresário, Cristina Marcondes, está em prisão domiciliar. A Marcondes & Mautoni contratou a LFT Marketing Esportivo, empresa em nome de Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula. Afirma pagou ao menos R\$ 2,5 milhões para a LFT por serviços de consultoria que estão sendo questionados pelos investigadores da Zelotes. Há indícios de que os serviços tenham sido "montados com base na internet para justificar vultosas movimentações financeiras", segundo relatório da PF.

Foco inicial. Deflagrada em março de 2015, a Operação Zelotes tinha como foco inicial apurar suspeitas de manipulação de julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). No entanto, a partir da análise de materiais recolhidos em buscas e apreensões autorizadas pela Justiça, os investigadores constataram que a ação dos suspeitos não se limitava a atuar apenas no âmbito do tribunal administrativo.

Foi então aberto um inquérito específico para apurar a compra de legislação que beneficiaria contribuintes específicos, do setor automobilístico. As investigações ainda estão em andamento, mas 16 pessoas já foram denunciadas e sete tiveram prisões preventivas decretadas desde o mês de outubro. O esquema de compra das medidas provisórias foi revelado em série de reportagens do Estado. / A.M. e F.M.

Exame - On Line

Cunha deve assinar hoje criação da CPI do Carf na Câmara

22/12/2015

Brasília - O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deve assinar nesta terça-feira, 22, a autorização para instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Carf. O requerimento é o primeiro da fila de pedidos de instalação de CPIs na Casa.

O requerimento de instalação foi apresentado pelo deputado João Carlos Bacelar (PR-BA) e protocolado em 12 de maio deste ano.

O parlamentar pede investigação das denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados dos julgamentos referentes à sonegação fiscal pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

No começo deste mês, o Senado encerrou os trabalhos de sua CPI que tinha o mesmo foco. Na ocasião, foi aprovado um relatório final citando irregularidades no julgamento de mais de 70 processos pelo órgão, envolvendo 73 empresas e pessoas físicas, como bancos, montadoras e siderúrgicas.

Entre as companhias, foram citadas Santander, Bradesco, Gerdau e MMC Automotores, fabricante da Mitsubishi no País.

Mesmo assinando a autorização, a CPI do Carf na Câmara só será instalada em fevereiro de 2016, após o recesso parlamentar.

Correio Braziliense On Line

Eduardo Cunha deve assinar hoje criação da CPI do Carf na Câmara

22/12/2015

No começo deste mês, o Senado encerrou os trabalhos de sua CPI que tinha o mesmo foco

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deve assinar nesta terça-feira (22/12) a autorização para instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Carf. O requerimento é o primeiro da fila de pedidos de instalação de CPIs na Casa.

O requerimento de instalação foi apresentado pelo deputado João Carlos Bacelar (PR-BA) e protocolado em 12 de maio deste ano. O parlamentar pede investigação das denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados dos julgamentos referentes à sonegação fiscal pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

O requerimento de instalação foi apresentado pelo deputado João Carlos Bacelar (PR-BA) e protocolado em 12 de maio deste ano. O parlamentar pede investigação das denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados dos julgamentos referentes à sonegação fiscal pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

No começo deste mês, o Senado encerrou os trabalhos de sua CPI que tinha o mesmo foco. Na ocasião, foi aprovado um relatório final citando irregularidades no julgamento de mais de 70 processos pelo órgão, envolvendo 73 empresas e pessoas físicas, como bancos, montadoras e siderúrgicas. Entre as companhias, foram citadas Santander, Bradesco, Gerdau e MMC Automotores, fabricante da Mitsubishi no País.

No começo deste mês, o Senado encerrou os trabalhos de sua CPI que tinha o mesmo foco. Na ocasião, foi aprovado um relatório final citando irregularidades no julgamento de mais de 70 processos pelo órgão, envolvendo 73 empresas e pessoas físicas, como bancos, montadoras e siderúrgicas. Entre as companhias, foram citadas Santander, Bradesco, Gerdau e MMC Automotores, fabricante da Mitsubishi no País.

Leia mais notícias em Política

Mesmo assinando a autorização, a CPI do Carf na Câmara só será instalada em fevereiro de 2016, após o recesso parlamentar.

Mesmo assinando a autorização, a CPI do Carf na Câmara só será instalada em fevereiro de 2016, após o recesso parlamentar

A Notícia

Barbosa: proposta de reforma da Previdência vai ser enviada no primeiro semestre

22/12/2015

Em relação ao limite para os gastos federais, Barbosa prometeu construir uma proposta de consenso, que ouça diversos setores da sociedade

A proposta de reforma da Previdência, introduzindo uma idade mínima para a aposentadoria, vai ser enviada ao Congresso Nacional ainda no primeiro semestre do próximo ano, informou, há pouco, o novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa. Em discurso durante a transmissão de cargo, ele reiterou que está comprometido com o ajuste fiscal e prometeu discutir a criação, no médio prazo, de um teto para as despesas públicas.

"Nos últimos meses, já vimos trabalhando na construção de uma reforma da Previdência, nosso principal gasto primário. Estamos com os problemas mapeados. Esperamos enviar proposta ainda no primeiro semestre", declarou o ministro.

Em relação ao limite para os gastos federais, Barbosa prometeu construir uma proposta de consenso, que ouça diversos setores da sociedade. "Precisamos avançar na reforma de longo prazo com medidas como a criação de um limite para despesas públicas. Prometo construir uma proposta de consenso, ouvindo especialistas, ao longo do próximo ano", disse.

O ministro prometeu trabalhar com empenho para que o Congresso Nacional aprove as propostas de emenda à Constituição recriando a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Desvinculação de Receitas da União (DRU), dispositivo que permite o remanejamento de até 30% do orçamento federal e facilita o cumprimento da meta de superávit primário - economia de gastos para o equilíbrio da despesa pública.

"Nosso maior desafio é fiscal, para criar condições de reduzir o endividamento público, tanto líquido como bruto. Diferentemente do passado, quando o problema era cambial, enfrentamos problema eminentemente interno. O Estado brasileiro tem todos os instrumentos para reequilibrar contas públicas", afirmou o ministro.

Barbosa também prometeu dar continuidade à reforma do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e à que simplifica o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O novo ministro defendeu ainda medidas que aperfeiçoem as concessões de infraestrutura e melhorem o ambiente de negócios, por meio da desburocratização e da simplificação de processos.

Levy se despede fazendo balanço

No discurso de despedida, o ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy agradeceu à presidente Dilma Rousseff pela confiança depositada ao longo dos últimos 12 meses. Ao dar boas-vindas a Barbosa, Levy disse que o novo ministro conhece bem a casa, referindo-se aos anos em que

o novo ministro trabalhou como secretário de Acompanhamento Econômico, de Política Econômica e secretário executivo, durante a gestão de Guido Mantega.

Levy disse que trabalhou para restabelecer ideias e práticas de transparência e de controle fiscal que haviam sido enfraquecidas e, por vezes, abandonadas nos últimos anos. "Trabalhamos [eu e minha equipe] para aumentar a transparência e valorizar a impessoalidade que deve guiar o Poder Público", discursou o ministro.

Ao fazer um rápido balanço da gestão, Levy citou a reestruturação do Conselho de Administração de Recursos Federais (Carf), após investigação da Operação Zelotes da Polícia Federal, e os trabalhos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para aumentar a eficácia na cobrança da Dívida Ativa da União.

Levy disse que a sociedade, aos poucos, compreendeu a importância de realinhar a economia, por meio da liberação de preços administrados, como energia e **combustíveis**. "As famílias fizeram um esforço de compreender a necessidade de o Brasil realinhar a economia, principalmente nos preços administrados. A própria presidenta [Dilma] disse que as políticas haviam se esgotado e que, para preservar ganhos, a política econômica tinha de mudar de rumo."

Segundo o ex-ministro, a economia passa a dar sinais de estabilização, e o governo está sendo cada vez mais claro e transparente. "Sanadas as incertezas política e fiscal e com a sinalização de reformas das quais a presidenta [Dilma] e Barbosa deram enfática manifestação, o Brasil voltará a ter crescimento e dará tranquilidade às famílias brasileiras para levarem seus planos e realizarem seus sonhos. O ano de 2016 será de grandes realizações e boas surpresas e superação das incertezas políticas que marcaram tanto os últimos meses", concluiu Levy.